

SUMÁRIO

IN MEMORIAM	5
LINHA EDITORIAL	7
APRESENTAÇÃO	9
TEORIA GERAL DO PROCESSO	
O princípio do promotor natural ontem e hoje: reconfigurando as atribuições do Ministério Público no processo civil e administrativo <i>The principle of a lawful prosecutor after the new Code of Civil Procedure: reconfiguring the public prosecutor's role in Brazilian Procedural Law</i> ANTONIO DO PASSO CABRAL	19
Parâmetros objetivos para a concessão da gratuidade processual? <i>Objective parameters for the concession procedural gratuity?</i> ARTHUR LOBO e THOMÉ SABBAG NETO.....	45
As condutas dos sujeitos do processo: uma releitura do regime das preclusões a partir da boa-fé <i>The conducts of the parties in the process: a reinterpretation of the preclusion rules based on good faith</i> LYGIA HELENA FONSECA BORTOLUCI e VICTOR VASCONCELOS MIRANDA	57
PROCESSO DE CONHECIMENTO (DIREITO PROBATÓRIO)	
Assinatura eletrônica <i>Electronic signature</i> CLARISSE FRECHIANI LARA LEITE.....	79
TUTELA EXECUTIVA	
Proposta de alteração do Código de Processo Civil para inserção da previsão da execução extrajudicial <i>Proposal for amendment of the Civil Procedure Code for the inclusion of provisions for extrajudicial execution</i> FERNANDO CRESPO QUEIROZ NEVES, FLÁVIA PEREIRA HILL, HEITOR VITOR MENDONÇA SICA, LARISSA CLARE POCHMANN DA SILVA, MARCELO ABELHA RODRIGUES, MÁRCIO CARVALHO FARIA, MÁRCIO ROCHA e MARCOS YOUJI MINAMI.....	125

Sistematizando a participação de terceiros na execução <i>Systematizing the participation of third parties in the enforcement procedure</i>	
MARCO ANTONIO RODRIGUES e RAFAEL HENRIQUE RENNER.....	145

PROCESSO NOS TRIBUNAIS

<i>Amicus curiae</i> nos tribunais superiores: avanços e equívocos da jurisprudência brasileira <i>Amicus curiae in the higher courts: advances and inadequacies in the Brazilian case law</i>	
MAURO PEDROSO GONÇALVES.....	171

MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Unidade do direito, desenvolvimento e Cortes Superiores. Do diálogo institucional para o diálogo decisório <i>Unidad del derecho, desarrollo y Tribunales Superiores. Del diálogo institucional al diálogo decisivo</i>	
ANTÔNIO PEREIRA GAIO JÚNIOR.....	193

TÉCNICAS ADEQUADAS À LITIGIOSIDADE COLETIVA E REPETITIVA

Liquidação e execução de sentença coletiva envolvendo direitos individuais homogêneos <i>Liquidation and enforcement of collective sentence involving homogeneous individual rights</i>	
ALEXANDRE ALBERTO DE AZEVEDO MAGALHÃES JÚNIOR	213
A representatividade adequada nos acordos coletivos: o que os casos <i>Amchem</i> e <i>Ortiz</i> podem nos ensinar? <i>The adequacy of representation in class action settlements: what can we learn with Amchem and Ortiz cases?</i>	
ANDRE VASCONCELOS ROQUE e CAIO VICTOR RIBEIRO DOS SANTOS.....	239

TUTELA DIFERENCIADA

A conversão da ação de improbidade administrativa em ação civil pública <i>The due process of law in sanctions-related lawsuits and the conversion of the action of administrative improbity into public civil action</i>	
FLÁVIO CHEIM JORGE.....	267
Arbitragem no âmbito tributário: relação entre arrecadação tributária eficiente e segurança jurídica <i>Tax arbitration: relationship between efficient tax collection and legal certainty</i>	
RICARDO BARRETO PRATA FILHO e VICTOR GUEDES TRIGUEIRO	289

<p>A liquidação antecipada do seguro garantia no processo judicial tributário federal: um mecanismo <i>sui generis</i> de execução <i>Early termination of the guarantee insurance in federal tax judicial proceedings: a sui generis execution mechanism</i></p>	
<p>ROBSON MAIA LINS, PABLO GURGEL FERNANDES e TAÍSA SILVA REQUE</p>	315
DIREITO JURISPRUDENCIAL – PRECEDENTES VINCULANTES, JURISPRUDÊNCIA	
DOMINANTE, SÚMULAS E TEMAS AFINS	
<p>Levamos os precedentes a sério? Um estudo empírico a respeito do embate entre o STF e o TST no caso de responsabilidade subsidiária de ente público em relação de terceirização – Parte 1 <i>Do we take precedent seriously? An empirical study on the clash between the STF and the TST in the case of subsidiary liability of a public entity in relation to outsourcing – Part one</i></p>	
<p>FÁBIO LIMA QUINTAS e GABRIELA FONSECA DE MELO</p>	337
<p>A quem pertencem os honorários advocatícios dos advogados públicos? Uma crítica ao posicionamento do STJ <i>A chi appartengono gli onorari di succumbenza degli avvocati pubblici? Una critica alla posizione dello Superior Tribunal de Justiça</i></p>	
<p>RAVI PEIXOTO</p>	375
DIREITO ESTRANGEIRO E COMPARADO – GENERALIDADES	
<p>Estudos comparados de processo civil <i>Comparative studies of civil procedure</i></p>	
<p>ALAN UZELAC. TRADUÇÃO E REVISÃO: HERMES ZANETI JR. e PEDRO PESSOA TEMER</p>	391
<p>Por uma História do <i>Judicial Review</i> – da Inglaterra aos Estados Unidos, dos Estados Unidos ao Brasil <i>For a History of Judicial Review – from England to USA, from USA to Brazil</i></p>	
<p>DANIEL MITIDIERO</p>	421
MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS – ADR	
<p>Notas sobre produção antecipada da prova e arbitragem: uma visão crítica do recente posicionamento do STJ <i>Notes on the early production of evidence and arbitration: a critical analysis of the recent decisions issued by the Brazilian Superior Court of Justice</i></p>	
<p>ARTHUR FERRARI ARSUFFI, GUILHERME TOSHIHIRO TAKEISHI e ISABELLA SIMÃO MENEZES</p>	443

Memorial do IBDP como *amicus curiae* na ADPF 1050/ DF sobre o dever de revelação dos árbitros

IBDP's statement acting as amicus curiae in ADPF 1050 about the arbitrator's duty of disclosure

CASSIO SCARPINELLA BUENO, EDUARDO TALAMINI, FLÁVIO LUIZ YARSELL, PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUÇON, RICARDO APRIGLIANO, ROGÉRIA FAGUNDES DOTTI, RONALDO CRAMER e SUZANA CREMASCO 473

HOMENAGEM PÓSTUMA

Ricordo di Natale Giallongo

ANDREA PROTO PISANI 487

ACÓRDÃOS

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

São constitucionais os dispositivos da Lei 9.868/1999 que proíbem o ajuizamento da ação rescisória em controle abstrato, que estabelecem na concessão da cautelar a aplicabilidade da lei anterior e que atribui efeito vinculante a futuras decisões sobre o tema na Corte Suprema..... 491

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

É possível a penhora, durante o cumprimento de sentença, de valores da conta bancária da esposa de devedor, que são casados sob o regime da comunhão universal de bens, desde seja respeitada a sua meação..... 495

Depósito parcial sem correção monetária não tem efeito liberatório em ação declaratória de rescisão contratual com consignação em pagamento extrajudicial..... 508

Reconhecimento de prescrição intercorrente impede condenação em honorários sucumbenciais e custas processuais..... 531

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

Índice de Temas..... 545

Índice de Autores..... 547

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORA INÉDITA 551